CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 958/84

INTERESSADO : MARIA EDITE DUARTE PEREIRA

ASSUNTO : Convalidação de atos escolares - I.E. "Princesa Isabel/Capital.

RELATOR : CONS° Antônio Joaquim Severino

PARECER CEE N° 1615 /84 -CESG- APROVADO EM 10/10/84

1. HISTÓRICO:

1.1. MARIA EDITE DUARTE PEREIRA, R.G. n° 11.000.795, natural do Barreiros, Estado de Pernambuco, nascida aos 07/11/1937, residente nesta Capital, " alertada de que, presentemente , está sendo questionada a adequação de seu diplona de curso normal, que exibiu quando de sua matrícula" no Instituto de Educação "Princesa Isabel"/Capital, dirige-se ao Sr. Presidente deste Conselho a fim de requerer seja "determinada a declaração de validade de seu diplona de Professor de 1° Grau expedido pelo referido Instituto.

1.2. Para embasar sua solicitação, a interessada, na inicial (com a data de 14/05/84), esclarece que:

1.2.1. "...optou pelo Instituto de Educação "Princesa Isabel" por ser mais próximo de sua casa,..."

1.2.2. "... apresentou, sem nenhuma má fé, todos os documentos que lhe foram exigidos".

1.2.3. Sequer lhe foi pedido o certificado de conclusão do curso colegial (atual 2° grau) que já possuía na época, e a requerente não tinha nenhum motivo para não dar valia ao seu diplona de curso normal, feito em colégio rigoroso e tradicional da cidade de Vitoria de Santo Antão (PE), tanto assim que já havia lecionado por mais catorze anos em seu estado natal e, na ocasião, lecionava na Escola Pre-Primária da paróquia do Divino Salvador, quando a Supervisora da escola, sem nada dizer contra seu diplona de curso normal, exigiu-lhe que tirasse a habilitação com especificação em maternal e jardim de infância, o que a levou a procurar o "Princesa Isabel", por ser, como já disse, o mais perto de sua casa".

1.2.4. "Exibe, neste ato, seu certificado de conclusão do curso colegial, expedido em 05 de setembro de 1972, e que pede vênua, mais uma vez, para salientar, afasta qualquer óbice que se queira ver a pretendida declaração de validade, já que sua situação é melhor até do que a da ex-aluna Maria das Virgens de Oliveira Araújo (pois, ao contrário desta, a requerente foi aprovada em todas as matérias), que também entrou na quarta série da habilitação com diploma de supletivo de segundo grau e foi liberada de qualquer exigência por esse Egrégio Conselho (Processo CEE 795/82 - Parecer CEE 1030/82, nº 3.27)".

1.3. Para instruir seu pedido, anexa os seguintes documentos:

1.3.1. Certificado de Conclusão do Curso Colegial por via de Exames de Madureza, expedido aos 05/09/72, pelo Departamento de Educação Média da Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco (fls.03);

1.3.2. atestado de idoneidade, "a fim de que se afaste qualquer possível dúvida quanto à boa-fé com que sempre se houve" (fls.04).

14. Posteriormente, aos 21/05/84, a interessada comparece a este Colegiado, oportunidade em que pede a juntada de xerocópia dos seguintes documentos:

1.4.1. Diploma de Habilitação para o Magistério Primário Regional do Estado, expedido pelo Curso Normal Regional "Nossa Senhora da Graça" (equiparado pelo ato de 04 de fevereiro de 1930), da cidade de Vitória de Sto. Antão, Est. de Pernambuco (fls. 5);

1.4.2. Ficha Individual, expedida pelo Curso Normal supracitado, na qual consta a realização de 04 (ou 05?) séries, de 1951 a 1954, bem como o resultado de Exame de admissão: "Português : (85); Aritmética (87); Geografia(70); História (63); - fls. 06 Vº;

1.4.3 Diploma, expedido pelo I.E. "Princesa Isabel" em 31/12/78, outorgando à epigrafada " o título de Professor de 1º Grau da 1ª à 4ª série, por haver concluído, no ano de 1978, a Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério" (fls.07).

1.5. Em 25/05/84, a requerente anexa, ainda, um atestado expedido pelas Faculdades Integradas "Ibirapuera"/Capital, no qual consta ter feito parte do currículo do curso de letras, que ali realizou, a disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus (fls. 08).

2. APRECIACÃO:

2.1. Trata-se de aluna que cursou a 4ª série da Habilitação Magistério no Instituto de Educação "Princesa Isabel" e que teve sua matrícula na referida série considerada irregular pela Comissão Especial de Verificação de Vida Escolar, do referido instituto, em decorrência da falta de amparo legal.

2.2. Em virtude do Protocolado ter dado entrada diretamente neste Conselho, foi o mesmo convertido ou diligência pela Assistência Técnica deste Colegiado para manifestação da Comissão Especial de verificação de Vida Escolar do I.E. "Princesa Isabel".

2.3. Retornando, o assunto em pauta obteve da referida Comissão a análise a seguir, cuja transcrição na íntegra julgamos oportuna: "Atendendo às solicitações das fls.

14 e 15 deste Processo, a Comissão de Verificação e Estudos dos Alunos do Instituto de Educação "Princesa Isabel" passa a expor a situação da interessada, ex-aluna da 4ª série da Habilitação Específica de 2º Grau para o magistério com aprofundamento de Estudos na Pré-Escola, no ano de 1978.

1º Grau

Concluiu o então "1º Ciclo" em 1955 na Escola Normal Regional de Nossa Senhora da Graça, em Vitória de Santo Antão- Pernambuco (Anexo I-Declaração da Secretaria de Estado de Ed. e Cultura- Departamento de Educação Média).

2º Grau

Até o final ao 1983 nada constava em seu prontuário e nada foi informado à Comissão pela aluna sobre outro curso que não o 1º Ciclo, documentado através do anexo 1, do xerox quase ilegível do Diploma de Habilitação para o Magistério Primário Regional de Pernambuco (fls. 5) e da Ficha Individual que supomos do mesmo curso já que não consta em que ano concluiu a 5ª série, mas consta o Exame de Admissão.

Analisando o currículo cumprido nas cinco séries, encontramos:

Português (5 séries), Francês (2 séries), Inglês (1 série) Matemática(3 séries),Geografia(2 séries), Geografia e História de Pernambuco (1 série) Ciências Naturais(2 séries) ,História(2 séries) Fisiologia (1 série), Agricultura (1 série), Higiene (1 série), Psicologia (1 série), Metodologia (2 séries), Avicultura, Apicultura e Sericicultura (1 série), Pedagogia (1 série) Sociologia (1 série), Didática (1 série), Desenho e Caligrafia (5 séries), Trabalhos e E. Doméstica (5 séries), Música e Canto (5 séries). Nada consta sobre Educação Física.

Por se tratar de Curso Regional equivalente ao 1º Ciclo, esta Comissão analisou a situação como irregular e nos termos da legislação vigente e à luz do Parecer CEE 1030/82 propôs:

1- Suspensão da validade da 4ª série cursada em 1978.

2- Cursar 1ª, 2ª e 3ª séries da Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério (Publicação no DOE de 18/08/83). OBS: A Comissão inclui como Anexo 2 o Parecer 2870/74_CPG-Processo 2454/74 que auxiliou a concretização da conclusão acima citada.

A 08/05/84 a interessada compareceu novamente à Comissão e apresentou um Certificado de Conclusão do Curso Colegial expedido pelo Departamento da Escola Média de Pernambuco em setembro de 1972 (Exames de Madureza) fls. 3). Mesmo apresentando esta nova documentação, a aluna só teria direito à matrícula na 2ª ou 3ª série (Artigo 9º da Deliberação 21/76).

Sobre a possibilidade de traçar paralelo entre a aluna Maria das Virgens de Oliveira Araújo e a situação da requerente, concluímos serem situações diversas, pois:

1 - A aluna Maria das Virgens, contemplada com o item 3,27 do *Parecer CEE 1030/82*, teve direito à matrícula na 4ª série de acordo com a legislação da época, Lei 4.024/61 e Res. CEE 36/68, no seu Art. 21, já que:

- era portadora de certificado do curso colegial;
- obteve aprovação em exame das disciplinas pedagógicas da 3ª série, exceção feita a Teoria e Prática que ocasionou seu recurso, junto ao Conselho.

2- Já no caso da interessada , entendemos sua matrícula como irregular pois o curso apresentado por ocasião da mesma equivalia ao 1º Ciclo.

Mesmo que tivesse apresentado o Certificado do 2º Grau, obtido através dos Exames de Madureza, não teria direito à matrícula na 4ª série, mas apenas 2ª ou 3ª série da Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério.

2.4. Assim, se de um lado houve falha administrativa da escola, de outro, houve omissão por parte da Interessada que, somente em 08/05/84, apresentou à Comissão o Certificado de Conclusão do Curso Colegial, expedido em setembro de 1972, pelo Departamento da Escola Média de Pernambuco (Exanes de Madureza), se bem que, conforme assinalado, com este documento, a epigrafada teria direito tão somente à matrícula na 2ª ou 3ª série.

2.5. Portanto, à vista do exposto, adotaremos, ao presente caso, por analogia, a solução dada no Parecer CEE nº 956/34, relatado pela nobre Conselheira Maria de Lourdes Mariotto Haidar, com a ressalva de que deixaremos a critério da escola, que acolher sua matrícula, decidir se a mesma deverá se efetuar na 2ª ou na 3ª série, consoante o prescrito no Artigo 9º de deliberação CEE nº 21/76. Se aprovada for, poderá ter aproveitados, em caráter excepcional os estudos feitos em nível de 4ª série, após ouvida a Comissão Especial de Verificação de Vida Escolar do I.E "Princesa Isabel", a quem compete manifestação acerca da regularidade ou *não* dos atos escolares praticados pela aluna nesta 4ª série, excetuado o aspecto da matrícula indevida, ora solucionado. A escola, em que concluir a 5ª série, caberá expedir-lhe o diploma correspondente.

3. CONCLUSÃO:

Os estudos realizados, em 1978, por MARIA EDITE DUARTE PEREIRA, R.G. 11.000.795, na 4ª série da Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério, no Instituto de Educação "Princesa Isabel"/Capital, poderão ser aproveitados, em caráter excepcional e nos termos deste Parecer, caso a interessada curse e conclua

com aprovação a série ou as séries faltantes da referida Habilitação, mesmo porque a matrícula, numa outra série, ficará a critério da escola recipiendária, consoante o disposto no Artigo 9º da Deliberação CEE nº 23/76.

Nesta hipótese, poderá a escola, em que concluir seus estudos, expedir-lhe o competente diploma

CESG, aos 13 de setembro de 1984

a) Consº Antônio Joaquim Soverino
R e l a t o r

4- - DECISÃO DA CÂMARA:

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como sou Parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Antônio Joaquim Severino, César Augusto Teixeira de Carvalho, Edmur Monteiro, Heitor Pinto e Silva Filho, Pe. Lionel Corbeil, Luiz Roberto da Silveira Couto, Maria Aparecida Tamaso Garcia e Renato Alberto T. Didio.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1984

a) Cons. Pe. Lionel Corbeil
Presidente

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 10 de outubro de 1984.

a) CONSº CÉLIO BENEVIDES DE CARVALHO

PRESIDENTE